

A REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA

Josemária da Silva Patrício*

Resumo

A partir de uma abordagem filosófica e doutrinária, a autora faz algumas reflexões a respeito da representação. O estudo da representação busca o aperfeiçoamento da mente cognoscente, para que esta chegue o mais próximo possível, de forma imparcial, da compreensão da realidade dos fatos e das situações, a partir da Produção do Conhecimento. Os fundamentos de algumas correntes filosóficas, tais como a dogmática, a materialista, a fenomenológica e a do ceticismo, e de determinadas concepções, como a intencionalidade e a epoché, juntamente com os ensinamentos de alguns pensadores, como Kant, Husserl e Shopenhauer, são ferramentas essenciais para auxiliar a compreender a importância do significado da representação para a atividade de Inteligência.

Para a atividade de Inteligência, Conhecimento é “a representação de um fato ou de uma situação, real ou hipotética, de interesse para a atividade de Inteligência, produzida pelo profissional de Inteligência”. (SISTEMA..., 2004).

Tratar de uma forma de conhecimento denominada representação sob o viés da Inteligência requer devida compreensão do seu significado no respectivo contexto, percepção a que se propõe e identificação de sua importância para o conhecimento.

Considerando que a representação é a reprodução, na mente, das qualidades sensíveis do objeto estudado e que por intermédio da memória pensamos no objeto como ele se nos apresenta e o representamos na mente com todas as suas pro-

priedades, pode ela ser vista como mediadora entre o conhecimento empírico, o qual afirma que a única fonte dos nossos conhecimentos é a experiência recebida pelos nossos sentidos, e o abstrato ou racional, que afirma ser a razão humana as únicas fontes do conhecimento da verdade. No entanto, não podemos confundir a com a imaginação criadora ou com a fantasia.

A representação é diretamente vinculada às fontes do conhecimento, as quais esclarecem como ele ocorre na consciência. O conhecimento empírico, ainda que nos forneça uma imagem da realidade objetiva, não oferece condições de conhecer a essência dos objetos e o conhecimento abstrato, baseando-se também nos dados fornecidos empiricamente vão possibilitar a apreensão das característi-

* Delegada da Polícia Civil/RN, ex-chefe do Núcleo de Inteligência da Delegacia Geral da Polícia Civil/RN, Instrutora de Inteligência da Esint/Abin.

cas fundamentais dos objetos e tentar desvendar as leis que os regem.

Na afirmação supra não se verifica qualquer tipo de conhecimento que seja capaz de nos levar completamente à essência dos objetos e nos possibilitar apreender suas determinações, aquelas que os objetos nos apresentam como inerentes a sua imagem e a sua composição. Isso nos conduz à necessidade de perceber o real significado da representação no contexto do conhecimento em sentido amplo e ir além, em busca da coisa em si, da essência.

O significado da representação no contexto do conhecimento resulta das respostas às indagações do homem, ao longo do tempo, sobre a possibilidade de conhecer o mundo que o cerca e refleti-lo adequadamente e sobre ser capaz ou não de conhecer seus objetos em suas essências e verdades, o que sempre se apresentou como questão basilar para a humanidade. Quando o homem constatou que as respostas para o que desconhecia não se encontravam somente no mistério divino, mas na sua capacidade cognoscente, segmentos surgiram para acreditar, duvidar ou descrever totalmente dessa possibilidade, ao longo dos séculos.

Entre esses segmentos, destacam-se as doutrinas dogmáticas e materialistas, as quais acreditam na possibilidade do conhecimento, e as céticas, que descrevem da capacidade de o homem conhecer. As doutrinas materialistas acreditam na possibilidade do conhecimento fundamentando sua crença na materialidade do mundo e de suas leis cognoscíveis, pois nossos conceitos, sensações e representações são reflexos das coisas que existem fora da nossa consciência.

Contudo, contrariando esse entendimento, se apresenta a doutrina cética absoluta, a qual nega totalmente a possibilidade do conhecimento, afirmando que o homem não pode conhecer a verdade nem chegar à certeza.

O ceticismo fundamenta sua afirmação na impossibilidade do sujeito apreender o objeto, pois o desconhece, e, por isso, toda a atenção é voltada para o próprio sujeito e para os fatores subjetivos do conhecimento humano. Esse ceticismo enveredou por alguns caminhos durante séculos e se apresentou sob diversas modalidades. Entre essas modalidades, encontra-se o ceticismo relativo, o qual nega parcialmente a possibilidade de se conhecer a verdade, impondo limites ao conhecimento em determinados domínios e estabelecendo-se então a representação como forma de conhecimento, tal como posteriormente passamos a conhecer na concepção Kantiana.

O pensamento Kantiano afirma que só podemos conhecer a aparência das coisas, a manifestação exterior da coisa em si. Porém, esse entendimento se atrela à idéia a priori do objeto, que não existe na realidade objetiva, mas somente no nosso espírito, anterior a qualquer experiência. Também se atrela à idéia de não conhecermos as coisas como elas são, mas sim revestidas dos elementos subjetivos nos quais as enquadramos, não sendo, portanto o conhecimento a conformidade da imagem que formamos do próprio objeto e sim uma criação ou uma construção do objeto pelo sujeito.

Seguindo o entendimento de que só podemos conhecer a aparência das coisas, surge o Positivismo, defendido por

Comte, afirmando que devemos nos limitar à descrição dos fenômenos, considerando que só podemos conhecer os objetos como eles se nos apresentam, ou seja, como eles são e não o que são. Outros segmentos, tais como o Subjetivismo, o Probabilismo, o Convencionalismo, o Utilitarismo e a Fenomenologia, adotaram a posição cética relativa quanto à possibilidade do conhecimento.

Essa posição se manifestou inicialmente como base da representação tal qual hoje a conhecemos. Os fenômenos materiais, naturais, ideais, culturais, do conhecimento e das realidades passaram a ser considerados como a presença real das coisas diante da consciência, do que se apresenta diretamente a ela, priorizando assim o sujeito como consciência reflexiva diante dos objetos.

Entre os segmentos mencionados, a fenomenologia, por exemplo, não explica o fenômeno do conhecimento, apenas o descreve, e entre os seguidores desta concepção está o filósofo alemão Edmund Husserl, o qual agregou ao conceito de conhecimento como representação a intencionalidade e a epoché, fatores que revolucionaram a fenomenologia, influenciaram outros segmentos e ampliaram o conceito de representação.

Na intencionalidade defendida por Husserl, o objeto passa a ser conhecido por intenção do sujeito por esse determinado objeto, pois toda consciência é consciência de alguma coisa. Pela intencionalidade, o sujeito só é sujeito para aquele objeto, o qual só é objeto para aquele sujeito, criando uma relação recíproca na formação da imagem deste objeto e, ao mesmo tempo, uma possibilita

receptividade do sujeito em relação ao objeto e espontaneidade do objeto quanto ao sujeito. Esse tipo de relação transporta o conhecer apenas a aparência das coisas.

Portanto, a concepção de conhecimento como representação descrita pela fenomenologia acrescida da intencionalidade Husserliana vai além da capacidade relativa de o sujeito conhecer o objeto e as leis que o regem. A formação da imagem será a partir das determinações essenciais do objeto, apreendidas pela mente cognoscente. O entendimento de conhecer os objetos racionalmente neles mesmos, a coisa em si, em suas determinações próprias, e ir ao encontro deles naquilo que os determinam nos conduz ao caminho das suas essências.

Para tanto, experimentemos assim proceder a partir da idéia natural que tenhamos de um tipo de objeto, por exemplo. Mentalmente o reproduzimos. Porém, não conseguimos apreender a sua essência, o seu o que (o que ele é) e captamos somente o como aquele tipo de objeto é, a sua estrutura geral e as propriedades inerentes a aquele tipo e somente a ele.

Com a intencionalidade Husserliana, tentamos conhecer um determinado objeto daquele tipo, já tendo uma imagem anteriormente formada de como ele deve ser. A intencionalidade, relacionando o sujeito ao objeto a ser conhecido, poderá também reproduzir o que ele é e as suas características essenciais, como forma, composição, causa, origem, dinâmica, consequência e significado, por serem essas características inerentes àquele objeto visado pelo sujeito da relação e não a outro

ou qualquer objeto. A imagem formada deve corresponder totalmente àquele objeto com quem o sujeito se relacionou, por intenção.

As propriedades fundamentais do objeto, sendo apreendidas como são e não construídas de acordo com o pensamento individual, apresentam as características essenciais que dão completude à imagem dele formada, que é a própria representação. Ela totalmente formada é enfim, exteriorizada, escrita ou oralmente.

Por isso, a representação se processa individualmente. Somente um sujeito, e não um conjunto, poderá representar determinado objeto. O que representamos resulta da relação com o representado e não de uma idéia pré-existente, natural.

O outro fator, a epoché, identificada no ceticismo antigo, significa manter em suspenso ou dar uma pausa no pré-existente em nossa mente. Significa permitir que o existente fora da mente obtenha espaço e aceitação para ser conhecido sem interferência do conteúdo do pensamento. Husserl utilizou o conceito para mostrar que o sujeito deve colocar entre parêntese ou suspender a sua atitude natural de apreender o mundo e os outros sujeitos para que possa ver a coisa em si, o objeto se mostrar como ele é.

Essa concepção, além de nos levar aos céticos antigos, nos conduz à modernidade cartesiana, ao duvidarmos de tudo que naturalmente concebemos dado como pronto e verdadeiro, sem processarmos racionalmente. Os juízos e os raciocínios que formulamos neste contexto e desta forma, também reduzem a possibilidade de aceitar a evi-

dência empírica como fator preponderante na representação.

Contudo, a epoché às vezes não é completa nem infinita, pois o homem vive no emaranhado do mundo, como exemplifica Husserl, pelo tipo de vivência que se interpenetra nas coisas, nos outros, revestida de idéias, sentimentos e afetos, constituindo assim um ponto nevralgico desta atitude de colocar entre parênteses o plano reflexivo para se propor a uma experiência pré-reflexiva, de se deslocar do cogito cartesiano e da dicotomia sujeito-objeto.

Dirimindo essa nevralgia, podemos destacar que ao suspendermos ou pormos entre parênteses julgamentos, idéias e sentimentos pré-concebidos como apreensão natural do mundo, não nos propomos a eliminá-los e sim a tornar possível a apreensão do objeto como ele essencialmente se apresenta a nossa consciência. Devemos também considerar que podem ocorrer resíduos do pré-concebido nessa abstração ou nessa suspensão, sendo aí justamente onde se interpenetram as duas concepções, porém não impossibilitando a compreensão do contexto específico de cada fato ou situação.

Por conseguinte, a suspensão do pré-estabelecido é o caminho para a imparcialidade, por permitir conhecer além do existente na nossa mente, possibilitando ir até a esfera do objeto e ir ao encontro dele, naquilo que o determina, pois somente assim podem-se apreender suas propriedades. E neste ato, ele é o elemento determinante da relação e o sujeito, que se deslocou até a sua esfera para aprendê-lo, passa a ser o determinado.

Portanto, não podemos entender que representação é o mesmo que percepção. A percepção como forma de conhecimento empírico é o reflexo imediato das qualidades sensíveis do objeto, que foi percebido por intermédio de órgão do sentido e poderia sê-lo por qualquer pessoa, porém só poderá ser representado por quem apreendeu suas determinações e as processou sob as formas abstratas do conhecimento, indo além do ato de perceber, ao se relacionar com o objeto, se deslocando até a esfera deste.

Conseqüentemente, a representação se processa abstratamente ao se compor partindo da idéia para juízos e raciocínios, resultando no conhecimento do objeto visado. Para essa composição, utilizamos procedimentos metodológicos racionais norteados pelo tipo de interesse ao qual atende e pela utilidade a que se destina.

... a representação se processa abstratamente ao se compor partindo da idéia para juízos e raciocínios, resultando no conhecimento do objeto visado

Esse processamento ocorre na produção do conhecimento de Inteligência, ao representarmos fatos e/ou situações de interesse para a atividade de Inteligência utilizando essa forma de conhecimento, assim como a intencionalidade Husserliana, a qual norteia o que é do interesse da atividade, passando a ser característica inerente à produção do Conhecimento de Inteligência.

A representação do Conhecimento de Inteligência, ao nos conduzir à questão da filosofia sobre a possibilidade do conhecimento, provoca indagações aos profissionais de Inteligência, sendo uma delas a de poder ou não conhecer a verdade dos fatos ou das situações. Ao representar, estamos reproduzindo esses fatos e situações como eles se apresentam a nossa consciência, tendo apreendido ou captado todas as suas determinações, existentes independentes da nossa vontade e do nosso entendimento.

Se o fato ou a situação se apresentam para a nossa consciência com suas inerentes e essenciais propriedades revelam que, ao formarmos uma imagem resultante da apreensão dessas propriedades, identificando o que e como eles são, estaremos atingindo a verdade destes, com a imagem formada reproduzindo totalmente esse fato ou essa situação. E teremos certeza dessa verdade se conseguirmos identificar as evidências necessárias ao convencimento. Cabe-nos assim aperfeiçoar a capacidade cognoscente de identificá-las e apreendê-las para bem representar o que intencionamos, objetivando atender as necessidades do usuário, quanto a oportunidades ou a ameaças.

Assim, a verdade dos fatos ou situações está neles mesmos, nas suas determinações próprias, na coisa em si, independente da vontade particular, da concepção e do tipo de interesse. O Conhecimento de Inteligência não é, portanto, construção. É representação, uma reprodução do fato ou situação.

Ao fundamentarmos o Conhecimento de Inteligência na doutrina material da ciência, a qual denominamos de teoria

do conhecimento, bem como na posição cética relativa quanto à possibilidade do conhecimento, sob a forma de representação, não é produtivo nos determos em questionamentos metafísicos para explicar o problema dos fenômenos do conhecimento e a verdade deste, e sim buscarmos no âmbito epistemológico as respostas objetivas.

A descrença na verdade também nos mostra entendimentos possíveis a nos levar às raízes ideológicas da questão. Tratar da verdade como incognoscível é descrever da capacidade do homem conhecer o mundo que se apresenta, o que, possivelmente, poderia convergir para o universo religioso: só Deus conhece, pois a razão humana é impotente para conhecer os segredos do universo, exceto por revelação divina, sendo, portanto, a fé o único caminho. Ou ainda, o homem só conhece o que sua mente comporta, pois nada é real, o mundo é ideal e a verdade é imanente, sendo a imagem que se forma dos objetos correspondente apenas ao conteúdo da própria mente.

Pode ser entendido como uma reação a essas concepções sobre objetos incognoscíveis e ao idealismo, o desenvolvimento do ceticismo em segmentos que moderaram a descrença absoluta na capacidade de o homem conhecer o existente fora de sua mente e o fato das posições relativas priorizarem o sujeito do conhecimento, acreditando na sua capacidade de representar a realidade de forma racional e intencional, sem atribuir a possibilidade e a verdade do conhecimento ao mistério divino.

Podemos representar o objeto, fato ou situação, e concomitantemente priorizar o sujeito sem ignorar a realidade que transcende ao próprio sujeito que vai apreendê-la. A exata compreensão da finalidade da atividade de Inteligência nos aponta a necessidade de refletir a que se propõe o Conhecimento de Inteligência como representação de fato ou situação, sem enveredarmos para além da basilar representação, quando compreendemos o que ela significa no contexto da atividade e para o usuário.

**... não há descobrimentos
nem construções no
Conhecimento de
Inteligência, só passamos
a conhecer fenômenos da
realidade por
representação, utilizando
recursos metodológicos
racionais norteados pela
doutrina de Inteligência**

Se ao usuário interessa conhecer fatos ou situações que constituam oportunidades ou ameaças, considerando que não podemos construir o que já existe, restando tão somente representá-lo, mesmo quando se trata de projetar um desdobramento, a base para tal é naturalmente o já existente. Consequentemente, não há descobrimentos nem construções no Conhecimento de Inteligência, só passamos a conhecer fenômenos da realidade por representação, utilizando recursos metodológicos racionais norteados pela doutrina de Inteligência.

Referências

- HUSSERL, Edmund. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- BAZARIAN, Jacob. *O problema da verdade-teoria do conhecimento*. São Paulo: Alfa-Omega, 1994.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. São Paulo: Unesp, 2005.
- RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação*. Lisboa: Ed. Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 2009.
- KANT, Immanuel. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2006.
- MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2009.
- SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA. Conselho consultivo. *Manual de Inteligência: doutrina nacional de Inteligência: bases comuns*. Brasília: Abin, 2004. 44p.